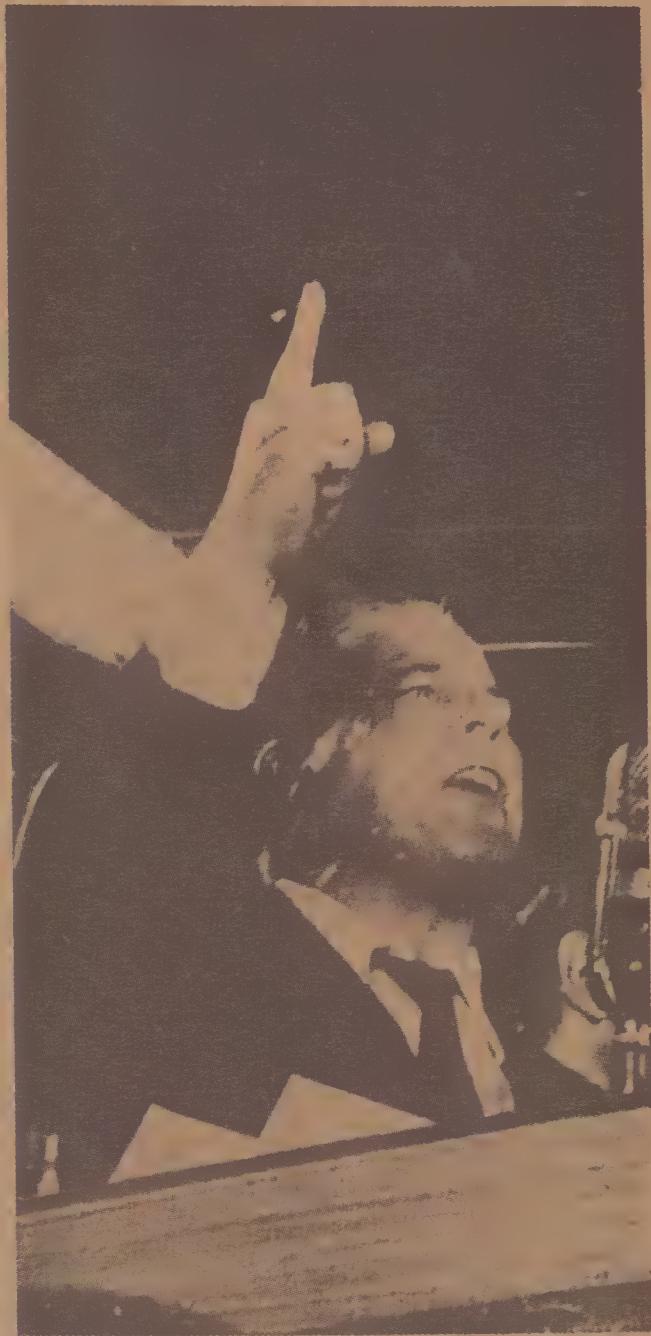


ADUFRGS DOCUMENTO — ANO I — Nº 3 — MAIO 89



TEMPOS DE GOULART

“Há um cheiro de 64 no ar” - esta frase é dita ou simplesmente sugerida em praticamente todas as conversas sobre política, economia, salários, emprego, desemprego, incompetência governamental, sobre Brasil, enfim, neste ano de 1989.

O medo de que uma transição à democracia, após incontáveis frustrações de suas promessas iniciais, seja interrompida por um novo Golpe, faz com que a cidadania tome ares de prudência. Mais que tudo, é necessário garantir a eleição e a posse do Presidente eleito, ainda que às custas de calar a insatisfação das milhões de vítimas da recessão econômica e do arrocho salarial. O próximo Presidente resolverá a situação, pois o sufrágio de no mínimo 40 milhões de votos lhe dará inquestionável legitimidade.

A curta memória da cidadania esquece que já houve um Presidente eleito com um número de votos proporcionalmente maior do que a expectativa de qualquer dos candidatos atuais - e renunciou menos de seis meses após sua posse. Mas, de curta memória, uma certa classe de cidadãos persegue obstinada a escolha da “father figure”, como se a transição à democracia fosse garantida apenas por um Presidente eleito, e não pela sociedade civil organizada e atuante na defesa de seus interesses.

Uma sociedade desorganizada, incapaz de tolerar as manifestações de suas classes, particularmente daquelas não privilegiadas pelas formas vigentes de distribuição da riqueza social, é uma sociedade incapaz de formular seus projetos, de definir com razoável grau de explicitação os interesses materiais que darão conteúdo à luta política - e este é o melhor caminho para o Golpe de Estado ...

Por isto, “o governo Goulart tem importância pedagógica, pois sua aparente complacência permitiu o realce de tendências políticas em conflito e seu teste de eficácia diante do poder, como nunca dantes em nossa História”.

“Tempos de Goulart” é uma análise de Paulo Francis sobre o Brasil pré e pós-Golpe de 64, com ênfase na figura do presidente João Goulart e na “esquerda” de então. Foi publicado pela revista Civilização Brasileira, em maio de 1966.

TEMPOS DE GOULART

Paulo Francis

Estive três vezes com o presidente Goulart; duas de passagem, quando pude apenas cumprimentá-lo; a última durante horas numa reunião de intelectuais, em 6 de março de 1964. Não vou descrever-lhe o físico, visível por tanto tempo em fotografias, etc., limitando-me a certas impressões, superficiais talvez, sobre a sua personalidade. Ele é o que se costuma chamar um homem "simples", de uma cordialidade distante mas inafetada. Falou bastante conosco e, ao contrário da lenda sobre o taciturno dissimulado, encarava os interlocutores, dando o seu recado com aparente convicção íntima, 26 dias antes de ser deposto.

É difícil classificá-lo socialmente. Será um biótipo do fazendeiro rico do RS? Desconheço outros espécimes para poder opinar. Ele difere do populista habitual, com bigodão, gomalina e a mostra generosa de perna cabeluda ao

sentar-se, e não é falstaffiano à maneira de Ademar de Barros. Nada tem em comum com o bacharel do nordeste que repete a todo o instante *já dizia Rui*, nem exibe a familiaridade fácil do político mineiro, pontilhada de *océs*. O político profissional representa não só a tipologia como as aspirações de seus seguidores. Nos líderes, em geral, essa modelagem é em semiconsciente e, em parte, elaborada, enquanto nas figuras de segunda pode ser inconsciente. Há método no misto de pedantismo e vulgaridade de Jânio Quadros e nas transições de vítima incomprendida para carrasco verbal de Carlos Lacerda, mas é provável que Castelo Branco se tome a sério. O marechal emite asneiras com imperturbável solenidade. Olha-se o homem e ele sugere o austero, o compenetrado e outros qualificativos confundidos pela pequena burguesia com liderança. A monotonia da composição ratifica

a sua "verdade". Já Goulart, em público e, pelo que pude ver, em pessoa, é discreto, anti-histriônico e agradavelmente informal. A maciça campanha publicitária contra ele desde que foi ministro do Trabalho sempre contrastou com o seu jeito de bom moço, de modos modestos.

Dizia-se que por trás da bonomia de fachada estava a raposa, mas chamavam-no também de primário. A direita no Brasil é menos primitiva do que a esquerda, mas não muito. Sua linguagem *positiva* nunca vai além das homilias sobre honestidade e eficiência sem especificação de contexto político: Hitler, afinal, era honesto e eficiente. Esta tática tem o mérito de ser acessível à média e à pequena burguesia que vê nela uma extensão de suas batalhas com as empregadas, varejistas de mantimentos, etc. A *negativa* consiste num subjetivismo irascível: contesta tudo no adversário, palavras, pensamentos e atos. É a chamada oposição visceral. Nesta, o primário e o demoníaco em Goulart podiam coexistir de acordo com as necessidades do momento, em que o público se desse conta da contradição impossível. A ignorância é o grande patrimônio nacional.

A afinidade do presidente com Satã se desmancha diante dos fatos: em um ano de governo, depois do plebiscito, ele conseguiu colocar contra si as lideranças de São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, hostilizando ainda seu aliado natural em Pernambuco. Com a da GB qualquer contato seria infeccioso, mas as demais comportavam o diálogo. Goulart nunca assumiu a direção da máquina estatal que controlava perto de 50 por cento da economia do País. Suas tentativas de impulsioná-la eram setoriais e limitadas a objetivos menores. Eu próprio, em vários artigos para *Última Hora*, instiguei-o a valer-se do poder na plenitude, a livrar-se da quinta coluna em todo o organismo executivo, o que acabou sendo feito pelos usurpadores de 1º de abril. Também o Legislativo (vide Castelo) é negociável por atacado e varejo, pautando a sua ação pela lei da oferta e procura. Mas o presidente recusou-se a governar. Sua inabilidade com civis e militares não tem paralelo na história do País.

Talvez a explicação da inércia de Goulart esteja no primarismo apontado pela direita ou no despreparo, como dizem, em particular,

alguns amigos do deposto. Ela não me satisfaz. Se por primário, entende-se o indivíduo ignorante de sociologia, economia e constitucionalismo, a pecha é extensiva aos predecessores do presidente, com variações de grau, mas sob um denominador comum de insuficiência em face da realidade social do País. O intelectual-líder, preconizado por Platão, pode ser produtivo, como Jeferson e Lênin demonstraram à exaustão, mas não é essencial aos movimentos da História. O decisivo num líder é o senso das oportunidades de ação, dos meios de aproveitá-las e a energia para esgotá-las. Não há critério que possa definí-lo, exceto nos contos de fada onde os *bons* vencem sempre. E muito menos se exige dele atestado de cultura, ou Trotski, e não Stalin, teria tomado o poder depois de Lênin.

Essas considerações são elementares para o estudioso da História, mas não detêm as críticas bacharelescas a Goulart, nem quando nos lemosmos do nível político e intelectual de diversos ministros do Presidente, de Evandro Lins e Silva a Celso Furtado, e o compararmos à baixa de talento na equipe do marechal Castelo. A política brasileira subsiste, para efeito público, sob o signo do comadrismo, mexerico, do personalismo. A expressão *forças ocultas* veio à tona, tornou-se corrente num período de ridículo nacional, mas é pertinente à nossa condição e ajuda-nos a definí-la. O mito do líder infalível, da *father figure*, permanece entranhado na consciência do nosso povo e seus mentores nada fazem por demoli-lo; muito ao contrário, interessam-lhes mantê-lo como instrumento de obscurantismo. E é necessário que o mocinho seja cotejado como um bandido à altura, integralmente repulsivo, pois só assim as qualidades de chefia consideradas aceitáveis pela classe dominante ganharão o relevo "mágico" indispensável a esse tipo de batota política. A antinomia Lacerda-Goulart foi artificialmente criada em tais padrões e é significativo que o "herói" tenha sido alijado do poder pelo Golpe do qual ele foi o precursor civil.

Forças poderosas e impessoais não tinham mais uso para Lacerda depois de usá-lo na derrubada do presidente. Tal linha de raciocínio pode levar a exageros. A superioridade de Lacerda como líder sobre Goulart parece-me incontestável e considero tão superficial quanto o personalismo fabricado pela direita, o

desinteresse cínico de facções da esquerda por personalidades. A eficácia da ação individual na sociedade está, por certo, sujeita a condicionamentos que transcendem a mera vontade humana, mas há gradações nessa inter-relação onde o fator pessoal tem peso próprio e decisório, embora não consiga, em última análise, prevalecer sobre um todo de circunstâncias. Há o problema da autenticidade. Assim, Castelo Branco é uma expressão legítima do neo-colonialismo norte-americano para a América Latina, enquanto João Goulart de maneira nenhuma representava o espírito de revolta das camadas populares do País.

Um Fidel Castro brasileiro não chegaria ao poder pelo parlamentarismo de 1961. Goulart, na época, recusou a liderança revolucionária, compondo-se com as oligarquias tradicionais a fim de evitar a ascensão popular. Esta, bem entendido, poderia ser sustada a meio caminho pela contra-revolução, mas o significativo no episódio foi a opção de Goulart, a qual, em 1964, ele bisou, preferindo a fuga ao engajamento na luta. O leitor perguntará se existiam condições para o que propus como alternativa, se o presidente, em ambas as oportunidades, não teria feito um exame realista da situação e concluído pelo *arreglo* e retirada, respectivamente. As opiniões aqui divergem até o bizantismo, mas uma coisa é certa: nada no passado de Goulart o credenciava para o papel de revolucionário; e o seu triste desempenho exige uma crítica em profundidade se não quisermos preservar no erro.

A direita já estava no poder em 19 de abril de 1964. O Golpe veio ratificá-la e expandi-la. A resistência a ela diminuiu e os nichos onde a vontade da maioria se manifestava, embora distorcida, foram fechados, mas é ilusório imaginar que o Governo Castelo Branco representa o reverso de seus antecessores *ditos* populares. O regime vigente levou a certos extremos a tendência predominante no passado, uma política em que o povo serve, quando muito, de massa de manobra, sem ser ouvido ou cheirado na defesa de seus direitos e interesses reais. Os militaristas de 19 abril foram, nesse sentido, menos hipócritas do que os populistas. Deram fim à farsa da participação popular e governam por decreto.

As próprias palavras "direita" e "esquerda" precisam de redefinição entre nós.

Tudo que impõe sacrifícios ao povo é tido como "direitista", enquanto concessões a setores da classe operária nocivas à comunidade em geral, passam por "esquerdistas". O principal problema da esquerda no Brasil é a sua vaguezza teórica e estratégica. Presume-se, por exemplo, que o termo implique adesão ao socialismo mas deste pouco se ouve falar, exceto com um objetivo a longo prazo, quando já estaremos todos mortos. Sobram para consumo o *antiimperialismo*, a *reforma agrária* e outras posições perfeitamente acessíveis à burguesia industrial e ao populismo oligárquico. Na prática, a esquerda tornou-se indistinguível do último. Seu papel lembra-me o "quadro sério" no *tetaro*-revista da Praça Tiradentes, onde, para quebrar a rotina de pornografia, representava-se uma exaltação à Pátria e suburbanices congêneres. Era um acréscimo dispensável ao espetáculo, mas presumivelmente apaziguava a consciência dos empresários. Da mesma forma, em época de ação política, os populistas fazem-se de "ideológicos", por isso atraí alguns votos e apoios e dá-lhes uma certa respeitabilidade. Contam com a colaboração desinteressada (quanto a ganhos imediatos, isto é) de toda a brigada intelectual e de agitação da esquerda, que assim se convence de estar "ajudando o processo". Quando, porém, a esquerda perde a cabeça e seu julga no poder, ou participando dele, como nos últimos meses de Jango, o populismo se alinha com a mais negra reação para defender o estado de coisas, pois é um dos seus sócios proprietários. O 19 de abril não foi apenas um movimento de direita, apoiado na classe média e beneficiado pela indiferença ou despolitização das camadas populares. O isolamento da cúpula governamental teve a sua contrapartida na omissão deliberada (ou traição?) de lideranças supostamente aliadas. A frente ampla contra o governo incluía componentes do próprio Governo, do setor militar ao legislativo, à indústria nacional, reunidas sob o temor ao caos administrativo e ao comunismo.

O País, em verdade, parecia parar e poderia desintegrar-se politicamente em decorrência da pretensão continuista do presidente, embora um perigo e outro fossem exagerados pelas forças anti-reformistas, cujo objetivo central era impedir a participação do povo no poder, ainda que homeopática ou somente demagógica, as duas modalidades em voga no

perfodo Goulart. O continuísmo em si pouco preocupava a classe dominante, desinteressada de questões de moralidade democrática. O próprio movimento grevista, levado a exagero monótono, que incompatibilizou o operariado com parcelas ponderáveis da opinião pública, era faturado pela elite econômica no sucessivo aumento de preços sob o pretexto de reajustes salariais (sempre cedidos mediante um ágio pago pelo consumidor). Assim, a luta contra a corrupção foi apenas um *slogan*, o equivalente a *reformas de base* para parcelas da média e da pequena burguesia sempre dispostas a ver o processo polstico em termos de nação. Existia, isto sim, o medo do “comunismo”. Até que ponto Goulart faria concessões às camadas populares para tornar-se ditador, ninguém ousava prever.

As esquerdas, entretanto, partilhavam as dúvidas gerais quanto às intenções de Goulart e dele suspeitavam quase tanto como a direita ostensiva, embora por motivos diferentes. Este fato parece esquecido pelos comentaristas polsticos depois de 19 de abril. Recriou-se para efeito público, uma nostálgica e falsa harmonia dos depostos. Na realidade, entre facções, predominava a discórdia sobre métodos e objetivos, se excetuarmos os bichos-papões do imperialismo & latifúndio & Lacerda, e, assim, mesmo, em suas premissas demonológicas, enquanto não se discutia o modo de combate e o que fazer depois de eventual vitória. O golpe falido de Goulart foi apoiado pela maioria das esquerdas, das cúpulas, bem entendido, pois as bases o imaginavam uma “revolução”; mas as próprias lideranças, na intimidade, esperavam terminar na cadeia em companhia da direita ostensiva, uma vez firmado o novo regime. Goulart é um caudilho populista. No poder, eliminaria de circulação os representantes do caudilhismo de direita, mas lhe seria igualmente insuportável conviver com uma esquerda estrutural e ideológica, que ameaçasse apagar as aspas do processo revolucionário. Planejava tomar o poder com o Exército, usando o povo apenas como dispositivo secundário de manobra. Seu sindicalismo era o dos pelegos, admitindo medianas infiltrações de esquerda, porém, de qualquer forma, limitado a 10% do operariado nacional. Nunca tentou ampliar a sindicalização, pois se arriscaria a perder o controle do movimento popular, caso este se organizasse e diversificasse. Em termos de

personalidades, é difícil dizer se temia Carlos Lacerda ou Miguel Arraes.

As esquerdas, nisso tudo, zanzaram como Peru de roda. Sua já referida vagueza teórica e estratégica não resistiu ao confronto com a realidade. Viveram, de certa maneira, o dilema menshevique-bolchevique de 1917; apoiariam um movimento burguês antiimperialista, que concretizasse as promessas da revolução de 1930, ou executariam um *salto dialético*, passando do subdesenvolvimento semicolonial a uma tentativa de república popular? Hoje, sabemos que a revolução soviética foi um golpe de Estado minuciosamente planejado e executado, onde uma minoria capitalizou o descontentamento popular e, já no poder, deu-lhe configuração socialista.

Sem o profissionalismo revolucionário dos bolcheviques a conduzi-lo, o povo talvez tivesse seguido outro rumo. Havia condições para a subversão da ordem, mas sem uma liderança que qualificasse e organizasse o espírito de revolta, tudo poderia acontecer, inclusive a anarquia sucedida por um retorno ao autoritarismo, embora sob a forma, digamos, de uma ditadura burguesa, à maneira da existente no México. E quando escrevo *minuciosamente planejado e executado*, exagero. Os bolcheviques jamais confundiram as árvores com as florestas, mas sua firmeza ideológica não os impediu de improvisar politicamente, obedecendo a pressões de momento, e de assumir atitudes que seriam inconcebíveis para revolucionários de gabinete. Nada disso existia aqui. Em matéria de ficiência e *suplesse*, nossas esquerdas continuam na adolescência. Nunca se definiram ou se estruturaram. Passavam de um nacionalismo impreciso, a ser implantado pelo voto, através das instituições vigentes, ao apelo emocional à revolução sem base partidária ou conspiratória para convertê-lo em ação. As duas tendências, apelidadas pela direita de “russa” e “chinesa”, permeavam todos os grupos de esquerda, alternadamente; nenhum se fixava em coisa alguma, oscilando por despreparo ou oportunismo ao sabor dos acontecimentos. Nem o próprio PCB, com uma tradição de luta e um programa básico notório, escapou do zig-zague tático. Em vez da revolução permanente, tínhamos a confusão permanente.

Quando se examina o perfodo Goulart à luz de fatos, em vez de hipóteses e preconceitos,

o resultado é não muito diferente, em essência, dos governos republicanos anteriores. No parlamentarismo, até a (breve) agitação pelo plebiscito, tivemos uma união nacional das oligarquias, com pequenas aberturas para a esquerda em política externa, concessões populistas ao operariado, teóricos arreganhos nacionalistas; em suma, a "conciliação" de sempre. No presidencialismo, Jânio Quadros principiou a executar a política econômico-financeira hoje oficializada e desenvolvida por Roberto Campos: a contenção de despesas públicas, a ênfase formal das exportações, o crédito reduzido para a indústria e comércio, etc. A compra da AMFORP, da CTB, os favores à Hanna e outros negócios concretizados sob o marechal Castelo, foram concebidos naquele tempo, em obediência às diretrizes do Departamento de Estado e dos órgãos financeiros internacionais. Havia, por certo, uma resistência aberta e eficaz a tais medidas, no presente impossível, que obrigava o Governo a agir com cautela operacional e terminou forçando-o a mudar de política. Tendo Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda, a burguesia nacionalista parecia comandar a economia do País. Durou pouco esse interregno de progresso. Alinharam-se as esquerdas partidárias, o negocismo e os interesses externos, orquestrados pelo presidente, e derrubaram Carvalho Pinto, devolvendo a Nação ao retrocesso e ao vácuo administrativo. Este, daí por diante, seria preenchido por fraseologia pseudo-revolucionária, suprida irresponsavelmente pelas esquerdas, que se comportavam como próximas ao poder, quando em verdade só tinham acesso verbal ao poder; eram o espantalho usado pelo presidente contra os conservadores (inimigos seria a palavra exata). Goulart nunca lhes deu um posto-chave, que lhes permitisse uma ação independente, em caso de "guerra revolucionária". O espantalho é, por definição, assustador e inócuo. E como tal foi malhado, sem condições de resistir, depois do 1º de abril.

Nossos atores políticos não entenderam o drama que estavam vivendo. "Este País é ingovernável", teria dito Jânio Quadros ao sair escandalosamente de cena. Acertou em parte, mas engana-se quanto às origens e soluções da crise brasileira. Esta é de estrutura, como reza o clichê, mas seus propagandistas, muito naturalmente, deixaram de incluir a si próprios e

as correntes de pensamento que representam entre os tributários da estagnação nacional. Jânio Quadros e outros "homens providenciais" são sintomáticos na deformação irrepresentativa das necessidades fundamentais das camadas populares. Chegam ao poder pelo voto de um terço da população, arregimentado por cúpulas oligárquicas, preso a um sistema obsoleto e viciado. Se cedem a algum impulso de renovação, o criador rebela-se contra a criatura, ou seja, a máquina os expelle, quando não os aprisiona em suas armadilhas institucionais. As duas coisas ocorreram nos períodos Jânio e Jango, pouco importando se a motivação reformista dos presidentes era subjetivamente "sincera", pois foi-lhes negado até o benefício da dúvida.

As esquerdas têm pactuado com a baixa politicagem das oligarquias e delas se tornaram um instrumento indireto, embora justifiquem sua conduta com os argumentos da "falta de condições", do "mal menor", dos "objetivos táticos" e chorumeia semelhante. Dissociaram-se das camadas populares e fazem política de cúpula. É verdade que teorizam sobre futuros utópicos, mas seu jargão escolástico, inacessível ao leigo, sem fundamento em realidades possíveis a curto e médio prazo, dá bem a medida de sua esquizofrenia política, da distância que existe entre elas e o povo. Na prática, submetem-se a quase todas as manhas demagógicas do populismo, aceitando as regras do jogo oligárquico; na intimidade, ou em seus conciliábulos, entregam-se a um purismo girondino sem futuro maior do que as bibliotecas das universidades americanas, quando não dos serviços secretos, interessados em pesquisar o pensamento "subversivo" na AL.

O governo Goulart tem importância pedagógica, pois sua aparente complacência permitiu o realce de tendências políticas em conflito e seu teste de eficácia diante do poder, como nunca dantes em nossa história. Pode-se dizer que o Presidente tentava usar as forças antagônicas, manfendo-se em contraste permanente, para equilibrar-se sobre elas. Era um governo de trapézio, a que o povo assistia, empaticamente talvez, mas sem dele participar. Jango desmandava o impossível em termos institucionais, como pretender de um Congresso onde predominam conservadores, que alterasse as relações capitalistas de propriedade.

Relutava, entretanto, em executar medidas ao seu alcance, entre elas, a sindicalização rural, aprovada no Parlamento (Lei Fernando Ferrari), que iniciaria a transformação democrática do campo; reteve o regulamento da Lei de Remessa de lucros durante quase dois anos, só o liberando em virtude de uma iniciativa da assessoria de Carvalho Pinto, que publicou, sem autorização, o documento na imprensa, obrigando o presidente a endossá-lo *a posteriori* para não ficar mal com os nacionalistas. Os exemplos da ambigüidade de Goulart eram o pão nosso de cada dia e levaram o País a um estado onde a inércia e a tensão coexistiam. Todo mundo sabia, já uns três meses depois do plebiscito, que o governo, em sua forma constitucional de 1946, tinha os dias contados. A dificuldade estava em saber o que iria substituí-lo.

A Oposição agiu com maturidade e cautela. Já dominava a máquina governamental, do Legislativo aos postos técnicos dos Ministérios, sem falar dos próprios ministros, várias vezes escolhidos entre os conservadores em decorrência da política de "conciliação" do presidente. Essa gente se dedicava à sabotagem burocrática. Também na área econômica, militar e jornalística, seus interesses estavam asseguradas por sólida maioria e, mais importante, definidos pela experiência do poder. Contavam ainda com o talento para a luta, o des pudor total no ataque, de polemistas como Carlos Lacerda. Tudo isso é natural. As chamadas forças populares se encontravam na puberdade política, descobrindo o mundo que imaginavam seu, confundindo a liberdade de expressão com a liberdade de agir, enquanto, para o público, passavam por mentoras da desordem reinante. Deixaram-se moer pelas contradições e táticas protelatórias do presidente. Terminaram indentificadas com ele, pois não tinham identidade própria. Enfrentando o realismo obtuso e brutal da direita, sob o peso da inércia e da corrupção do populismo, seu latim ideológico foi gasto em vão. Os que poderiam ouvi-lo, se trocado em miúdos, nunca foram procurados. Os panfletos e discursos falavam deles, os economistas cronometravam seu atraso e miséria, mas as esquerdas só dialogavam com as cúpulas, seja do Exército (os "generais do povo"), dos políticos, ou dos sindicatos privilegiados; algumas facções

chegaram a descobrir a "missão histórica" de praças e sargentos, os quais, exceto minorias insignificantes, obedeceram à voz do dono em 19 de abril. Para conservar sua proximidade ao populismo oligárquico, várias lideranças não hesitaram em combater (ou ignorar, o que pode ser pior neste País onde quase nada é digno de nota), a única tentativa estruturada e objetiva de instruir o povo para o exercício do poder: o governo de Miguel Arraes.

Se o socialismo democrático prenunciado por Miguel Arraes desagradava ao populismo oligárquico e às suas "esquerdas" anexas, a História deu-lhes outra oportunidade de praticar o que pregavam. Com Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda, tornou-se viável a famosa aliança do "povo" e da "burguesia nacional". Nesta, o progresso viria de cima para baixo, sob o comando das forças empresariais brasileiras, amparadas nos pacientes trabalhadores. O imperialismo norte-americano seria derrotado pela frente única de capital e trabalho indígenas. Nenhum dos atos de Carvalho Pinto desmentiu as esperanças dos crentes. As principais reivindicações dos nacionalistas começaram a ser atendidas. As tropas de choque da Oposição perderam momentaneamente o ímpeto. O embaixador dos EUA, quando vinha defender conterrâneos envolvidos em contrabando de dólares, era recebido *apenas* pelos oficiais de gabinete de ministro. Este, porém, contrariou um inimigo mais poderoso que a AMFORP ou a Hanna: ao fechar o Ministério da Fazenda aos negocistas, Carvalho Pinto reduziu as rendas da oligarquia populista, que o empregara. Revelou-se, portanto, um "subversivo", do único tipo não tolerado pelo Governo Goulart. E novamente as esquerdas foram mobilizadas contra si próprias sob o pretexto inacreditável de que Leonel Brizola substituiria a "burguesia nacional" no Ministério da Fazenda.

Promoveram a baderna de sempre contra Carvalho Pinto, com o apoio discreto, porém, eficiente, da Oposição, agradavelmente surpreendida por tão inesperado reforço para o seu negativismo. O resto da farsa é conhecido. Alguém, exceto as ingênuas bases esquerdistas, chegou a crer que Jango entregaria o posto-chave do Governo a um radical como Brizola? A resposta só pode ser conjectural, mas, se afirmativa ou negativa, pouco importa: estupidez ou má-fé — escolham à vontade —

caracterizou a ação das esquerdas em episódio decisivo para o rumo político do País.

Nem tudo se perdeu, por certo, da pregação das esquerdas no período Goulart. Vários temas chegaram ao conhecimento público, antes sonegados ou restritos às vanguardas intelectuais do País. A necessidade de combater o imperialismo e o latifúndio, apesar do esquematismo implícito em tais formulações, tornou-se bastante clara e repercutiu em camadas populares capazes da ação política. Nada se fixava, bem entendido, a agitação carecia de contexto programático, mas era suficiente para despertar anseios e sugerir caminhos, até então inimagináveis. E havia, sob Goulart, o máximo de liberdade dentro dos limites do mercado capitalista de comunicações. Publicou-se, discutiu-se e aprendeu-se o que existe de básico na realidade sociológica do Brasil. O próprio governo, à sua maneira, misto de timidez, perplexidade e demagogia, alimentava com migalhas a expectativa dos progressistas. Num processo conhecido dos psicólogos, quanto menos se obtinha, maior o delírio reivindicatório. Este culminou nos desmandos de março de 1964, quando o esquerdismo, no sentido leninista do termo, rompeu seus últimos vínculos com a realidade.

O se em História é um esporte acadêmico, sem interesse para nós; seria apenas neurótico insistir no assunto da relação de Goulart com as esquerdas. Ela se desfez em 19 de abril de 1964 como um pudim rasgado por uma faca. O exame dos restos mortais terá utilidade na medida que nos ensine a evitar os erros do tempo pré-golpe. Se João Goulart é apenas uma pessoa igual às outras (embora mais igual do que muitas outras), as esquerdas supostamente representam idéias independentes de caprichos ou fraquezas individuais. Como seres humanos, falsoveis todos, inexperientes na maioria, somos co-autores da confusão instaurada no País pelo presidente. Tenho a consciência (ou melhor, a inteligência) tranquila por nunca ter acreditado no "dispositivo de sargentos" e na ida de Leonel Brizola para o Ministério da Fazenda. Mas apresentei sintomas de doença infantil em diversas oportunidades. Era difícil não ser contaminado naquele período de perspectivas tão variadas. Tudo parecia próximo e acessível, "ali na esquina", como se diz. Animava-os ainda, pelo contraste com o nosso idealismo, a

mediocridade intelectual dos adversários, a baixeza insofismável dos interesses que defendiam. Stuart Mill chamou os conservadores de *non thinking party*, mas esqueceu-se de compará-los à força da inércia na natureza. O ímpeto ideológico das esquerdas, desacompanhado de atos que o justificassem e comprometido com a corrupção do peleguismo, assustava mais do que persuadia, reunindo contra si não só os senhores da terra como a pequenez nacional, do operariado *lumpen* às senhoras pias, temerosas da expropriação de seus potes de creme. O medo do desconhecido levou o homem primitivo a inventar deuses que o confortassem. Nossos contemporâneos, sob o pânico da ignorância, fomentado à histeria pelo imperialismo e a reação interna, uniram o terço às tropas.

Se a esquerda pretende influir na vida do País, deveria responder, antes de tudo, à pergunta que se faziam os gregos antigos: "Quem sou eu?" A resposta não precisa ser trágica, ao menos em termos políticos. Escrevi acima "o nosso idealismo". A última palavra certamente provocará sorrisos superiores no leitor marxista, mas ele sorrirá à-toa e sem a desculpa dos ricos. As forças populares, *latu sensu*, viviam de idealismo dos mais vagos; estavam à esquerda dos conservadores, mas não na esquerda marxista, socialista ou comunista. Sentiam-se atraídas pelas promessas do nacionalismo, revoltadas diante da miséria nacional, acreditavam em sacrificar confortos supérfluos pelo desenvolvimento industrial, e, por fim, tinham nojo da classe dirigente do País, decrépita, abortiva de idéias, incompetente e subserviente ao estrangeiro. Tais sentimentos, sem levarem a uma estratégia definida, eram o denominador comum da nossa "massa". Nenhum partido ou organização legal a representava. Daí se atrelar as lideranças individuais, não raro caudilhescas. Estas, por definição, prometem resolver todos os problemas *na marra* e fazem sua política sobre as frustrações do eleitorado. As caquéticas instituições do País oferecem um campo fértil para elas, independente de cor ideológica. Assim, apesar de se dirigirem a públicos diferentes e antagônicos, Leonel Brizola e Carlos Lacerda agiam de forma basicamente idêntica, propondo-se como alternativa da ordem vigente. O lógico num regime democrático, seria a

eliminação do sistema velho e ultrapassado, substituindo-o por outro que permitisse a representatividade coletiva. Mas isto é quimera em nação subdesenvolvida, onde a política se encontra no mesmo nível de primitivismo das demais relações sociais, onde a linha divisória de possuidores está demarcada de maneira berrante. Só um movimento revolucionário poderia forçar a democratização do País. Enquanto persistir o domínio das oligarquias, o caudilhismo será o sucedâneo mais atraente para os setores desajustados da sociedade. E o trágico nisso, é que o caudilhismo, em essência, não só decorre como faz parte do sistema oligárquico de que se diz inimigo ostensivo. No poder, muda o invólucro, porém conserva, quando não expande, o conteúdo de opressão, pois destrói os rivais, torna-se senhor único e absoluto do povo. Este, sob o equilíbrio de poderosos divergentes entre si, sempre retém e usa um pouco de liberdade para pechinchar suas aspirações. O caudilhismo militar – tecnocrático, infligido ao País no 1º de abril, é um exemplo esclarecedor do que acontece quando um grupo oligárquico se impõe aos concorrentes.

O caminho mais viável das esquerdas seria, portanto, a constituição de um partido democrático capaz de harmonizar suas diversas tendências. Ou isto, ou a revolução. Esta, porém, como todo o mundo diz, e todo mundo está certo, não se fabrica, pois depende de um complexo de condições históricas que só podem ser exploradas no seu tempo exato de amadurecimento. Quem decide, entretanto, da cronologia revolucionária são pessoas de carne e osso, nem sempre bem recebidas pelos seus companheiros, como demonstra o duro trabalho de persuasão empreendido por Lênin junto à liderança bolchevique, em 1917. Ele, aliás, na primeira edição de sua obra, analisa a dificuldade dos partidos revolucionários se adaptarem às mudanças súbitas da História, quando os *slogans* certos para ontem tornam-se hoje irremediavelmente arcaicos, embora continuem a ser repetidos com teimosia pelos conservadores inatos (mais difíceis de detectar do que a si próprios sobre a sua posição). No Brasil, ninguém ainda fez esta pesquisa vocacional dos legítimos concessionários da revolução.

As esquerdas, no período Goulart, tiveram

a oportunidade de organizar-se em um partido. Não o fizeram porque seguiam a liderança oligárquica e caudilhista do presidente e de Leonel Brizola, respectivamente. Os próprios comunistas foram a reboque; eram, aliás, o seu engate. Entre eles, havia divisões profundas. Vários grupos, inclusive líderes, apoiavam a linha de conduta Brizola, alguns pendiam para o esquema da frente ampla, formulado por San Tiago Dantas, e outros eram indistinguíveis dos pelegos de Jango. Essas dissidências só não vieram à tona em virtude da admirável disciplina interna do PCB. É verdade, todavia, que se alguém propunha uma estratégia de conquista do poder, tendo por instrumento uma organização legal e (com perdão da palavra) multifacetada, o isolacionismo ideológico do PCB logo se afirmava, como se afirmaria hoje, se ainda houvesse sentido em suscitar a questão. As esquerdas restantes nunca se convenceram da predestinação do PCB e rejeitam sua tutela. Não podem, aparentemente, prescindir do auxílio e da experiência dos comunistas. Até o presente, ninguém conseguiu organizar um movimento de esquerda que os excluísse.

Sem uma organização revolucionária ou legal, o futuro das esquerdas é mais negro do que a asa da graúna. Na melhor das hipóteses, ao que tudo indica, quando cair o regime atual, continuarão caudatárias do caudilhismo ou do populismo oligárquico. Foram incapazes de imaginar outra política, apesar das lições do 1º de abril. Seus *slogans* de hoje são de um *ontem* que já ameaça perpetuar-se: além das vaguezas habituais sobre o imperialismo e o latifúndio, toda a campanha pela "redemocratização", "eleições diretas", etc. visa a restaurar o sistema anterior ao Golpe, com todos os vícios e a negação de perspectivas para as camadas populares. Uma constituinte (para citar a panacéia preferida) dentro da lei eleitoral antiga, continuaria representando os interesses de oligarquias.

Em toda a América Latina titerizada pelos EUA existe a guerrilha, menos no Brasil; ou há aventuras sem o mínimo de preparo político, militar e psicológico: seu fracasso serve para tranquilizar os passivos e céticos. Conceber partidos hoje é devaneio, mas alguém acredita que a ditadura militarista durará eternamente? Onde o planejamento para o período de

"redemocratização"? Nem falemos nisso, porque ninguém pensa nisso.

Sempre me acusam de criticar sem sugerir a alternativa. Trata-se de ignorância do significado de *crítica* e, em alguns casos, de ma-fé. Existe uma verdadeira encyclopédia de revolução e evolução ao alcance dos polsticos alfabetizados (minoría, admic). Como analista, limito-me a esclarecer o currículo das esquerdas, das quais me considero membro, mas não capacho conformista. E é pelo debate livre, pela autocrítica ilimitada por dogmas, que iniciaremos a reforma radical das esquerdas, indispensável à obtenção das demais.

Algumas verdades, entretanto, parecem-me auto-evidentes. O socialismo é impraticável no Brasil a curto e médio prazo. Não só teríamos de arcar com os problemas de uma economia subdesenvolvida, ou seja, submetêríamos o povo a sacrifícios maiores do que já padece sob a economia capitalista, como há a questão do apoio e do inimigo externos. No nosso estágio de desenvolvimento, se saíssemos da órbita norte-americana, cairfamos fatalmente na soviética. Não seríamos bem recebidos, por dois motivos: a) a URSS carece de recursos para auxiliar uma Cuba de 8,5 milhões de quilômetros quadrados; b) a URSS dificilmente correria os riscos de um confronto militar com os EUA por causa do Brasil. Os norte-americanos não tolerariam uma China na América Latina. Iriam à guerra mundial, se necessário, para abortá-la, pois um Brasil socialista destruiria o domínio do Hemisfério pelos EUA. A estratégia soviética e norte-americana na guerra fria admite a existência de zonas contestadas, onde seus braços militares lutam sem desprender força vital (Vietnã). Até outubro de 1962, parecia que a AL estava incluída entre elas, mas a retirada dos mísseis soviéticos de Cuba desfez esta ilusão. Apesar do comedimento dos governos Kennedy e Kruschev naquele episódio, não resta dúvida de que a URSS aceitou a AL como esfera de influência dos EUA. Contaríamos com os bons ofícios soviéticos para fazer um governo nacionalista, reformista, etc., mas sem o ônus do socialismo. Esta situação poderá modificar-se, pois a História não é, evidentemente, estática, porém qualquer cálculo realista sobre o futuro

do País (e das esquerdas) terá de reconhecê-la, como ponto de partida.

A solução legal para nós, portanto, estaria num partido que unisse as esquerdas em torno de uma plataforma comum e provisória. Se no momento é impossível pensar nisso, nada nos impede de criar as bases de uma estrutura a ser utilizada quando a ditadura militarista for derrubada. Os jacobinos e bolcheviques (estes) aperfeiçoando as lições daqueles) nunca perderam suas características essenciais nos períodos de repressão, aliás, bem mais violentos que a nossa experiência presente. Uma coisa é associarmo-nos à forças progressistas da Nação, com núcleos em todas as camadas sociais; outra, continuarmos a servir de vagão de carga no trem da oligarquia, inclusive a populista. Uma esquerda consciente tentaria aproveitar e desenvolver a vocação revolucionária de Leonel Brizola, em vez de segui-lo tontamente numa política caudilhista. E saberia promover ou descobrir personalidades do nível político de Miguel Arraes, em vez de silenciar quando o presidente Goulart o hostilizava (exceto no episódio do *lock out* dos comerciantes pernambucanos).

A participação das esquerdas no processo democrático não exclui a alternativa revolucionária. Acredito que esta nos será forçada se a política dos EUA na América Latina permanecer inalterada. O povo está despreparado para a luta armada, pois, desde 1930, muitas vezes iludindo-se a si próprio, vem obtendo algumas sobras do nosso tumultuado desenvolvimento econômico. O governo militarista de hoje é o primeiro dos últimos 34 anos a revelar-se e a conduzir-se como o antipovo, mas não será da noite para o dia que os oprimidos e destituídos quebrarão o hábito de esperar benesses paternalistas. Precisamos educá-los para as causas do nosso dilema atual, e não oferecer-lhes falsas soluções, do gênero pseudo-eleitoral de outubro de 1965.

Não existe contradição entre o que eu disse sobre a possibilidade revolucionária e a nossa situação internacional. Se o empobrecimento do País chegar ao condicional da guerra civil, esta será feita pelo povo, conduzido pelas esquerdas se estiverem à altura disso; e cada dia se torna mais difícil para o imperialismo norte-americano a contenção de revoluções realmente populares, como demonstra a luta no Vietnã.

Mas as esquerdas sob Goulart sonhavam com um golpe revolucionário, quando enfrentariam forte oposição interna e externa. Toda revolução bem-sucedida tem muito de golpe, em seus prolegômenos táticos, mas raros golpes tiveram consequência revolucionária.

De 1961 a 1964, exercemos o nosso aprendizado de incompetência. Escrevendo este trabalho, vi-me forçado, para ser coerente comigo mesmo, a atacar amigos e correligionários, muitos dos quais no exílio. Não me excluo dos erros que lhes apontei, exceto quando especificado; e se eu tivesse maior importância no processo político do País, seria, sem dúvida,

tão suscetível de críticas na minha atividade jornalística quanto os políticos citados. Sei inútil esperar de gente sentimental a compreensão para o fato de que é impossível fazer uma omelete sem quebrar os ovos. E há nas nossas esquerdas uma sensibilidade excessiva diante de comentários adversos, agravada pelo traumatismo da derrota de 19 de abril. Trata-se de um sentimento compreensível e humanamente justificável, mas de pouca relevância para a frieza de raciocínio necessária à luta política. Não é um mau começo pertermos as ilusões sobre nós mesmos, se isto nos levar a não mais iludir o próximo.

